

Preços dos hospitais indicam cartelização

ARTHUR HERDY

O Departamento Nacional de Proteção e Defesa da Economia (DNPDE) está investigando a cartelização dos preços cobrados pelos hospitais particulares de Brasília, o que contraria a legislação. Segundo o diretor do órgão ligado ao Ministério da Justiça, Marcus Vinícius Braga, o Sindicato Brasiliense de Hospitais tabelou as consultas, intervenções cirúrgicas, internamentos e, ainda, os produtos utilizados normalmente, como por exemplo, seringas, algodão e até medicamentos.

De posse de cópias da tabela do sindicato, Marcus Vinícius afirma que comprovadas as irregularidades nos hospitais que estão adotando a tabela, será instaurado um processo administrativo contra a empresa. Em seguida, o produto das investigação será enviado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), que punirá as empresas com multas acima de Cr\$ 200 milhões.

O próximo passo, disse o diretor do DNPDE, será o encaminhamento do processo ao Ministério Público, onde os diretores poderão ser indiciados criminalmente por cometerem "crimes contra a ordem econômica". Ainda segundo Marcos Vinícius, estão previstas na legislação penas de prisão para os infratores.

O presidente do Sindicato Brasiliense dos Hospitais, Edgar Pereira do Prado, proprietário da Casa de Saúde São Braz, descarta qualquer indício de cartel junto às empresas associadas. Segundo ele, o que existe de fato é uma orientação da entidade para os preços mínimos

de produtos utilizados e dos honorários médicos, definidos pela Associação Médica do Brasil (AMB).

"Todos os hospitais do Brasil adotam uma tabela. É como os hotéis. Os apartamentos podem ser comuns, duplos ou especiais. Acredito que a legislação é a mesma nos dois casos", enfatizou o médico, citando outro exemplo: o das tarifas de avião, que também são livres, mas obedecem as tabelas. "Portanto, não há nenhum cartel, como podem interpretar. Há uma normatização, com o repasse de uma tabela onde estão os preços dos laboratórios para vários medicamentos. Sendo que esse valor é repassado pelos laboratórios", salienta.

Processos — O diretor do DNPDE conta que o órgão é novo e foi criado no final de 1990. Em pouco tempo, salienta, começou a funcionar "a todo vapor". Em 1991 foram recebidas 458 denúncias que resultaram em 26 processos. Em 1992 as denúncias chegam em agosto a 500 e foram instaurados 50 processos. Destes, 11 encaminhados ao CADE, com várias empresas sendo multadas em valores acima de Cr\$ 200 milhões. Isso, sem excluir as sanções penais para os diretores que, poderão ser indiciados pelo Ministério Público.

"Está ocorrendo uma coisa nova. Queremos mudar a mentalidade empresarial", disse Marcus Vinícius. Ele afirma que está "mexendo com gente graúda" e aponta várias empresas que respondem a processo, entre elas a Xerox do Brasil, Petrobrás, Caloi, Beckton Dickson, Esso, e a construtora OAS. A maior incidência se prende a laboratórios multinacionais.